

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
CENTRO DE APOIO AOS LEILÕES JUDICIAIS UNIFICADOS

Edital de Leilão Judicial Unificado

7ª Vara do Trabalho da Zona Leste de São Paulo/SP

Processo nº 1001722-39.2016.5.02.0607

O Juiz do Trabalho do Centro de Apoio aos Leilões Judiciais Unificados, FAZ SABER, a quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que no dia 24/06/2025 às 12:12 horas, através do portal do leiloeiro Jose Valero Santos Junior - www.valeroleiloes.com.br serão levados a leilão judicial e arrematação os bens penhorados na execução dos autos supramencionados entre as partes: EMERSON DA CRUZ MOREIRA, CPF: 399.600.478-81, exequente, e PORDIAL COMPONENTES ELETRONICOS LTDA - EPP, CNPJ: 04.941.166/0001-63; EDNA APARECIDA DIAS SANTOS, CPF: 103.578.348-79; JOSE DOS SANTOS, CPF: 038.428.928-29; GHI COMPONENTES ELETRONICOS LTDA, CNPJ: 18.085.558/0001-82; ANTONIO DOS REIS EVANGELISTA, CPF: 934.861.708-72; JOAO BATISTA DA SILVA, CPF: 005.845.918-96, executados, conforme laudo de avaliação constante dos autos, e que são os seguintes BENS:

Veículo PLACA CPT - 6407, RENAVAL 428.523.013, chassi 9BWZZZ26ZLP018359. CPF do proprietário: 038.428.928-29. DESCRIÇÃO: uma CAMIONETA marca/modelo Volkswagen/Kombi, na cor branca, a gasolina, ano de fabricação/modelo 1990/1991. Conforme certificado pelo Oficial de Justiça (id.7e1c15f): "...O bem, guardado há anos no Pátio do CET, encontra-se sem funcionamento de motor e parte elétrica. Vidros, faróis, lanternas e pneus acham-se em bom estado geral de conservação, lataria com pintura deteriorada em razão de exposição ao tempo. O interior, até onde se pode enxergar através dos vidros, aparenta não ter avarias significativas. A carroceria aberta acha-se em péssimo estado de conservação. Não há documento ou chaves no local...". OBSERVAÇÕES: 1) Veículo REMOVIDO ao depósito da CET (conforme despacho do Juízo da Execução: "...Fica consignado que o ônus da estadia e remoção ficará a cargo da reclamada devendo o órgão administrativo ajuizar eventual ação de cobrança em face da reclamada..."; 2) Veículo com COMUNICAÇÃO DE VENDA ativa desde 2015; 3) Veículo com LICENCIAMENTO vencido desde 2018; 4) Veículo com débitos de MULTAS no importe de R\$ 387,14 atualizado até 21/10/2024; 5) Veículo objeto de restrição judicial (RENAJUD); 6) Conforme despacho do Juízo da Execução (id.6332825): "...Deverá constar expressamente no edital de Hasta Pública que o arrematante adquirirá o bem livre de quaisquer ônus tributários, inclusive de IPVA, nos termos do artigo Artigo 130, parágrafo único do CTN...". Veículo AVALIADO em R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Local dos bens: Praça Alberto Lion, nº 399 (Pátio Alberto Lion - CET), Cambuci, São Paulo/SP.

Total da avaliação: R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Lance mínimo do leilão: 30% da avaliação.

Leiloeiro Oficial: Jose Valero Santos Junior

Comissão do Leiloeiro: 5%.

O leilão judicial será realizado exclusivamente na modalidade eletrônica.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
CENTRO DE APOIO AOS LEILÕES JUDICIAIS UNIFICADOS

O exercício do direito de preferência deverá ser requerido junto ao leiloeiro, por e-mail: juridico@valeroleiloes.com.br, com a antecedência de 48 horas ao leilão.

O arrematante, que não seja exequente no processo, pagará, no ato do acerto de contas do leilão judicial, uma primeira parcela na ordem de 20% (vinte por cento), do valor do lance como sinal e garantia, mais a integralidade dos 5% (cinco por cento) da comissão do leiloeiro, calculados sobre o valor da arrematação. A primeira parcela será recolhida através de boleto bancário, à disposição do Juízo da execução, perante o Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, conforme a hipótese. Já a comissão do leiloeiro será paga diretamente a ele mediante recibo a ser anexado ao processo de execução. A segunda parcela do valor do lance, na ordem de 80% (oitenta por cento), será satisfeita, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o leilão judicial, diretamente na Agência Bancária autorizada, mediante guia boleto emitido por ocasião do leilão. Por ato voluntário, o arrematante poderá efetuar o pagamento do sinal em percentual superior a 20%, bem como poderá depositar 100% do valor de arrematação.

O arrematante interessado em adquirir o bem no leilão judicial em prestações, deverá ofertar lance diretamente no sítio do leiloeiro, com esta opção, atendendo às seguintes condições:

- a) O lance ofertado para pagamento à vista sempre prevalecerá sobre os lances ofertados para pagamento parcelado de mesmo valor;
- b) O lance ofertado para pagamento parcelado em menor número de parcelas prevalecerá sobre os demais lances parcelados de mesmo valor;
- c) Oferta de sinal de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o saldo restante, parcelado em até 30 (trinta) meses. As parcelas serão corrigidas monetariamente pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por outro que venha a substituí-lo.
- d) Não serão aceitos parcelamentos com parcelas inferiores a R\$ 1.000,00 (mil reais).
- e) O parcelamento será garantido por hipoteca sobre o próprio bem, quando se tratar de imóveis e por caução idônea, quando se tratar de bens móveis, caução esta condicionada à aceitação pelo Juiz Presidente dos Leilões Judiciais.
- f) Não sendo aceita a caução idônea pelo juiz, ou no caso da sua não apresentação ao Leiloeiro no prazo de 24 horas ao ato, a forma de pagamento do saldo remanescente automaticamente será alterada para "À VISTA", nesse caso, o arrematante declara desde já ciência da condição estabelecida, se comprometendo a efetuar o pagamento na forma acima determinada, sob pena de aplicação das penalidades administrativas.
- f) No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas.
- g) O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação.

Compete apenas ao interessado no(s) bem(ns), eventual pesquisa de débito junto aos diversos órgãos.

Após apregoados todos os lotes, os bens que não forem objeto de arrematação serão apregoados novamente na mesma data, no repasse ao final do leilão, podendo os lotes ser desmembrados, salvo disposição em contrário constante do edital, mantendo-se o mesmo percentual de lance mínimo praticado no primeiro pregão.

Visitação dos bens: as 8:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados,

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
CENTRO DE APOIO AOS LEILÕES JUDICIAIS UNIFICADOS

todo e qualquer interessado, acompanhado do leiloeiro oficial ou de quem este indicar por escrito, deverá ter acesso aos bens referidos neste edital, sob pena de imediata remoção ou imissão na posse, conforme a hipótese, assumindo o leiloeiro oficial o compromisso de depositário fiel.

Esta publicação supre a necessidade de intimação direta às partes. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário de Justiça Eletrônico Nacional - DJEN.